

A Promoção do Acesso à Educação Superior: custos e benefícios de um projeto de extensão

▮ Helder Bueno Leal *

▮ Candido Alberto da Costa Gomes **

Resumo

Esta pesquisa avalia os custos e benefícios de um projeto de extensão universitária destinado a elevar o acesso da população de baixa renda à educação superior, por meio de um “cursinho” preparatório gratuito. A literatura patenteia as relações entre origens sociais e acesso e êxito dos alunos no sistema educacional. Utilizando um desenho quase experimental, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com os atores envolvidos e procedeu-se à análise de conteúdo. Os resultados mostram que, por custos modestos, o projeto proporcionou significativos benefícios: 1) aos licenciandos, que aperfeiçoaram as suas competências; 2) aos alunos beneficiados, em comparação com os seus homólogos, que terão expressivo aumento da sua renda e empregabilidade após a conclusão do curso superior, empreendendo mobilidade social vertical intergeracional.

Palavras-chave: Ensino médio. Educação superior. Mobilidade social. Extensão universitária.

Promoting Access to Higher Education: cost and benefits of the extension program

Abstract

This research report evaluates costs and benefits of a university extension project directed toward improving the access of lower income population to higher education by offering a free preparatory course. The literature evidences the relationship between student social origins and access as well as success in schooling. The researchers, according to a quasi-experimental design, contrasting experimental and control groups, interviewed a sample of the actors involved. Content analysis and other data reveal that

* Mestre em Educação, Universidade Católica de Brasília; Professor Assistente e Assessor da Pró-Reitoria de Graduação, Universidade Católica de Brasília. *E-mail:* helderleal@ucb.br.

** PhD em Educação pela UCLA; Doutor em Sociologia, Universidade Católica de Brasília; Coordenador da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília. *E-mail:* clgomes@terra.com.br.

the project reached low cost and significant benefits: 1) teacher education students had the opportunity to improve their skills; 2) students who attended the preparatory course will obtain expressive increase in income and employability after their graduation, as well as will reach high upward mobility in relation to parental status.

Keywords: Secondary education. Higher education. Social mobility. University extension.

Promoción del Ingreso a la Educación Superior: costos y beneficios de un proyecto de extensión universitaria

Resumen

Esta investigación evalúa costos y beneficios de un proyecto de extensión universitaria destinado a aumentar el ingreso de la población de baja renta a la educación superior, por medio de un curso preparatorio preuniversitario gratuito. La literatura revela las relaciones entre orígenes sociales de los estudiantes, ingreso y éxito de los alumnos en el sistema educacional. El estudio utilizó un diseño casi-experimental y efectuó entrevistas semiestructuradas con los actores involucrados y, finalmente, un análisis de contenido. Los resultados revelaron que el proyecto alcanzó bajo costo y beneficios significativos: 1) a los estudiantes de la licenciatura que perfeccionaron sus competencias; 2) a los estudiantes beneficiados, en comparación con sus homólogos, que tendrán expresivo aumento de renta y empleabilidad después de su graduación superior, así como alcanzarán una buena dosis de movilidad social vertical intergeneracional.

Palabras clave: Educación secundaria. Educación superior. Movilidad social. Extensión universitaria.

Introdução

Uma pergunta frequente em nosso meio é como a pós-graduação pode colaborar com a extensão, uma das três missões constitucionais da universidade. Por meio da pesquisa tais programas podem não só investigar a realidade, mas também concorrer para formar a mentalidade de avaliação de projetos. Em termos mais simples, o que dá certo, o que não dá certo e, em especial, os fundamentos para melhor argumentar nos debates sobre alocação de recursos, em especial quando se planejam cortes orçamentários. Foi o que pretendeu este projeto de pesquisa, de baixo custo, que aliou

à esfera simbólica das ciências da educação, o estudo de custos e benefícios, de modo que os educadores possam melhor argumentar com gestores da área econômico-financeira. O objeto foi um projeto de extensão universitária, com a oferta de um “cursinho pré-vestibular” gratuito, por modestos custos, para egressos do ensino médio, associado a um programa de bolsas de estudo e a outros projetos. Aqueles que conseguiram ir até o fim, com as suas capacidades intelectuais fortalecidas, passaram, por seu mérito, a dispor de amplas perspectivas na sua vida profissional. O número de beneficiários foi reduzido, mas permite aquilatar o impacto da educação sobre a mobilidade social e a democratização de oportunidades sociais, sem paternalismo e filhotismo, com retorno individual e social. Antecipando as conclusões, foi como um pequeno grão de mostarda originando uma árvore frondosa e acolhedora. O Projeto Pré-Vestibular (PPV) teve como objetivo geral oferecer a 1.200 jovens e adultos de baixo status socioeconômico a oportunidade de realizarem estudos preparatórios para o ingresso na educação superior, contribuindo para a elevação do nível educacional e da qualidade de vida dos beneficiados. Como objetivos específicos o Projeto visava a: preparar o aluno para o ingresso na educação superior, proporcionando a interação entre a Instituição e a comunidade e unindo o ensino sistematizado à experiência sócio-cultural, como forma de produção de conhecimentos; propiciar uma área de pesquisa para os alunos e professores do ensino de graduação da Universidade Católica de Brasília (UCB); promover ações/atividades que visem à integração entre a docência, a extensão e a pesquisa; proporcionar aos alunos das licenciaturas um diferencial qualitativo em sua formação acadêmica a partir do exercício da prática pedagógica; promover o ingresso de 20% de alunos beneficiados nos cursos da própria Instituição; contribuir para reduzir diferenças sociais; promover o resgate da autoestima e dignidade do aluno.

O lento elevador social

A literatura patenteia as dificuldades de democratização da educação brasileira como um todo e da educação superior em particular. As origens sociais conduzem a ziguezagues perversos no sistema educacional, que reduzem as oportunidades para os menos privilegiados (GOMES, 2005). As vagas nesse nível educacional desencadearam

vários surtos de expansão sem levar a uma democratização homogênea no acesso, pois grande parte das mesmas se concentrou em cursos de menor prestígio social, inclusive (atitude suicida) na formação de educadores. A Sociologia denuncia que o currículo é uma seleção de conhecimentos aprovada pela sociedade e distribuída a diferentes grupos sociais em diversos teores e dosagens. Com isso, o conhecimento socialmente estratificado dá origem a currículos e sistemas educacionais também estratificados, com diferentes trajetórias dos estudantes no seu âmbito (GOMES; CARNIELLI, 2003). A literatura mostra que os alunos originários de famílias de melhores condições socioeconômicas se inserem nos cursos de maior prestígio das instituições também mais prestigiosas. Por isso mesmo, alunos oriundos de escolas públicas tendem a obter mais sucesso nos processos seletivos de instituições de educação superior particulares, enquanto aqueles oriundos de escolas particulares conseguem maior êxito nas instituições públicas (BORGES; CARNIELLI, 2005). Assim, a abertura é demorada e segmentada, dosando o número de pessoas que têm acesso às portas dos diversos elevadores sociais.

Tais elevadores representam a mobilidade social vertical, isto é, a transição de um indivíduo ou grupo de um nível social para outro. É este o tipo de mobilidade cujo estudo permite verificar o peso da herança social, dos recursos individuais e das oportunidades econômico-sociais proporcionadas pela sociedade. Qual seria então a influência do diploma sobre a mobilidade social no Brasil? Relacionando educação superior, ocupação e renda, Néri ([2005?]) afirma que o principal determinante observável isoladamente é a educação, e o Brasil é o país latino-americano onde o diploma tem os maiores retornos, apresentando como diferencial os salários entre quem chega à educação superior e os demais. Cerca de 35% da desigualdade de renda brasileira são explicados pelo número de anos completos de estudo das pessoas e, mesmo no caso da alfabetização de adultos, o salário é 10% maior e a chance de ocupação 66% maior do que os adultos que nunca frequentaram a escola. Gomes (1988), com base em outro conjunto de dados, respondendo à pergunta se o curso superior vale a pena, declara que sim, sob o aspecto da comparação intergeracional e, em grande parte, da mobilidade intrageracional.

Descrição do Projeto Pré-Vestibular (PPV)

Em prosseguimento ao seu programa de alfabetização de adultos, criado em 1993, a UCB construiu, em 2001, o Programa Comunidade Educativa, que concentrou as ações de extensão em comunidades prioritárias de baixa renda, num projeto de emancipação destas. Uma das ações incluídas em 2002 foi o PPV, que consiste no oferecimento de um curso intensivo a cada semestre, com duração de quatro meses, seguindo o programa curricular de ensino médio. Na proposta curricular, dois eixos temáticos caminham paralelamente aos núcleos: produção social da memória coletiva e o eixo individual e práticas sociais/cidadania. O curso tem o caráter de preparatório para o ingresso na educação superior, contudo, sem limitar-se exclusivamente ao mesmo, mas buscando uma inserção positiva e consciente dos alunos em sua realidade social. A participação dos candidatos é realizada mediante um critério de seleção composto pelos seguintes itens: renda familiar total; ter cursado ou estar cursando o ensino médio em escola pública ou privada; morar nas proximidades ou nas Regiões Administrativas onde o projeto é desenvolvido e manter assiduidade às aulas. No curso há o envolvimento dos alunos e professores dos cursos de licenciatura da UCB. Para os graduandos a partir do quarto semestre, o PPV é uma atividade de estágio supervisionado, com uma bolsa mensal e auxílio transporte; para os professores, é um caminho para receber uma espécie de retroalimentação, por intermédio dos graduandos, sobre problemas e alternativas, para avaliar e repensar os cursos de graduação. Por sua vez, os custos se dividem por dois parceiros, a UCB, que provê o pessoal e a orientação, e a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal, que cede espaços e instalações em escolas públicas para o desenvolvimento das atividades.

Os custos do Projeto

A educação implica em custos, mesmo quando gratuita para o aluno. Marques (1995) afirma que os custos podem ser diretos, ou seja, aqueles que ocorrem na sala de aula, como por exemplo: material escolar, professores, carteiras etc., e indiretos, isto é, aqueles que ocorrem fora da sala de aula, como, por exemplo: diretores, técnicos, materiais de uso da direção e secretaria, entre outros. Além disso, os custos se classificam em: custos de planejamento (concepção e planejamento), custos de investimento

(elementos necessários à prestação dos serviços, como a construção do prédio) e custos de funcionamento (manutenção do curso ou projeto e depreciação do material).

Os custos diretos de funcionamento do PPV foram levantados no segundo semestre de 2005 como pesquisa-treino realizada pelos alunos de Economia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCB. Assim, chegou-se aos custos diretos de funcionamento da UCB e da Secretaria de Educação do Distrito Federal, conforme a tabela 1.

Em R\$ correntes

Pessoal	Custo Total/ Semestre	%
CUSTOS DA UCB		
Não docente – Administrativo	41.715,72	30,68
Docentes/ supervisão	22.795,92	16,77
Estagiários - 30 alunos	54.000,00	39,72
Subtotal	118.511,64	87,17%
Material de expediente e consumo	3.620,76	2,66
Aluguel – Sala da administração	1.200,00	0,88
Transporte/ Estagiários	12.636,00	9,29
Total dos custos da UCB	135.968,40	100,0%
Alunos matriculados	551	
Custo total por aluno UCB	246,77	
CUSTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
Auxiliar de vigilância	4.690,00	44,38
Água	956,80	9,05
Energia	2.040,00	19,31
Aluguel suposto das salas de aula	2.800,00	26,50
Material de limpeza	80,00	0,76
Total dos gastos SEEDF	10.566,80	100,00
Alunos matriculados	551	
Valor total por aluno SEEDF	19,18	

Fonte: Pesquisa de campo.

Na composição dos custos da UCB, consideraram-se o pessoal docente, corpo administrativo e estagiários, incluindo-se todos os encargos sociais, bem como o material de consumo utilizado, tendo sido ainda acrescentado o auxílio-transporte dos

estagiários. Além disso, foi apurado, por meio de consultas a imobiliárias, o custo médio mensal do aluguel de uma sala de aula, mobiliada com carteiras e quadro, na respectiva área. Quanto à Secretaria de Educação, realizou-se um levantamento nas Gerências Regionais de Ensino e Gerência de Patrimônio para apurar os custos de pessoal, consumo de água e energia elétrica e do material de higiene. O custo total por semestre da SEEDF é calculado tomando-se por base o custo mensal multiplicado pelos quatro meses de funcionamento do Projeto, e os resultados evidenciam o custo nos meses em que a Secretaria participa do Projeto (Tabela 2).

Tabela 2 - Custo/aluno direto de funcionamento do PPV.

CUSTOS	Em R\$ corrente	
	Custo/Semestre	%
Custo da UCB por semestre	135.968,40	92,79
Custo da SEEDF por semestre	10.566,80	7,21
Custo total	146.535,20	100,00
Total de alunos matriculados	551	
Custo total por aluno	265,94	

Fonte: Pesquisa de campo.

Verificou-se, porém, que era elevado o abandono de alunos, chegando a 57,71% do total dos alunos matriculados. Em contatos com os coordenadores, foram apontados como fatores principais: defasagem do aluno por série/conteúdo; alunos que vieram de cursos da Educação de Jovens e Adultos, com muitas limitações; condições socioeconômicas e, posteriormente, o fato de, uma vez introduzido o Prouni, não haver mais concessão de bolsa social pela UCB, o principal atrativo. Com isso, considerando que 318 alunos abandonaram o projeto durante aquele semestre, o total dos custos dessas perdas foi de R\$ 84.568, 92 por semestre ou 57,71% do valor total.

Para cotejo, levantaram-se os valores das mensalidades dos principais cursos pré-vestibulares do Distrito Federal. Como resultado, constatou-se que o custo do PPV representava 11,80% do maior valor cobrado (R\$ 2.400,00) e 38,54% do menor valor apurado por semestre (R\$ 690,00). Portanto, os custos do PPV eram muito menores que os preços dos “cursinhos” e também ao valor médio por aluno/ano da rede pública do Distrito Federal, a preços de 2003, que foi de R\$ 1.483,00 (GOMES; MORGADO, 2007).

Entretanto, o abandono dos discentes ao longo do período letivo revelou-se uma grande desvantagem, estimando-se que mais da metade do custo total era perdido.

Metodologia

Realizou-se uma avaliação somativa, isto é, a mensuração dos resultados de um projeto tomando por base a quantificação dos resultados obtidos pelo mesmo e convertendo-a no principal indicador de sua eficácia. Como modelo de pesquisa, utilizou-se o quase-experimental, em detrimento do modelo experimental, que, apesar de ser mais consistente, tem a utilização muito criticada nas ciências sociais. Para dimensionar os benefícios do PPV, bem como se os seus objetivos estavam sendo atingidos, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com vários atores, selecionados sempre de modo aleatório, sendo: duas entrevistas com as professoras coordenadoras, correspondentes a 50% do universo; dez entrevistas com os licenciandos estagiários, representando 33,33% do universo; dez entrevistas com os alunos beneficiados, que equivalem a 16,6% dos alunos aprovados no processo seletivo de acesso à educação superior e dez entrevistas com homólogos, isto é, ex colegas do ensino médio, indicados pelos beneficiados.

Os benefícios do Projeto

Da mesma forma que a moeda tem duas faces, a avaliação de projetos precisa comparar custos e benefícios. No caso, os beneficiários são considerados os estagiários da UCB e os alunos do PPV. As categorias temáticas foram construídas com base na leitura flutuante da transcrição das entrevistas, procedendo-se à identificação dos temas recorrentes e ao registro das verbalizações.

A perspectiva das coordenadoras

As professoras coordenadoras enfocaram categorias temáticas que abarcaram a experiência vivida no Projeto, as vantagens e as deficiências do PPV para a formação do futuro professor e as suas percepções acerca dos alunos estagiários, sintetizadas a título de exemplo no quadro 1. As vantagens e deficiências do PPV para a formação do professor foram tematizadas em vantagens e deficiências (Quadro 1).

CATEGORIA 1	CATEGORIA 2	CATEGORIA 3
A percepção das professoras sobre o Pré-vestibular	As vantagens e deficiências do Projeto para a formação do professor...	O aluno – professor estagiário é...
“A experiência vivida no Projeto foi...” • Uma experiência enriquecedora; • Oportunidade de fazer algo mais pelos outros. O que pode ser melhorado... • Participação das professoras coordenadoras;	As vantagens são... • A experiência que o aluno tem que enfrentar; • Contato com outras realidades. As deficiências são... • Não trabalhar outros aspectos socioculturais; • O horário; • Falta de um processo de avaliação; Falta de recursos didáticos.	• Um aluno diferente; • São melhores alunos; • São interessados.

Quadro 1 - Vantagens e deficiências do PPV para a formação do professor.

Fonte: Pesquisa de campo.

As professoras coordenadoras eram responsáveis pela orientação dos alunos estagiários no desafio por eles assumido. Questionadas a respeito do que viveram no PPV, foram unânimes em responder que se trata de uma experiência muito rica: “[...] é bom saber que eu estou contribuindo de alguma forma com esse Projeto, que pode possibilitar o ingresso de pessoas na universidade [...]” e, com altruísmo: “[...] Você está fazendo algo mais pelos outros... pessoas que talvez sonhassem com a universidade, mas considerassem esse sonho como um sonho distante [...]” .

Os resultados referentes à segunda categoria das entrevistas realizadas com as professoras coordenadoras estão descritos no Quadro 2, também apresentado a título de exemplo.

ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS COORDENADORAS		
CATEGORIA 2: As vantagens e deficiências do Projeto para a formação do professor...		
Definição: As professoras coordenadoras expõem quais são, na sua visão, as vantagens e deficiências do PPV para a formação do professor...		
Temas: As vantagens são... • A experiência que o aluno tem que enfrentar; • Contato com outras realidades. As deficiências são... • Não trabalhar outros aspectos socioculturais; • O horário; • Falta de um processo de avaliação; • Falta de recursos didáticos.		
Exemplos de verbalizações por Tema:	Nº	%
• “... ele vai ser questionado como professor e terá que organizar conteúdos...” • “... eles tomam consciência da importância do trabalho que está sendo realizado...”	2	100
• “... o horário é muito pequeno para você discutir os assuntos...” • “... é que não existe avaliação...” • “... as unidades não possuem recursos didático-pedagógicos...”	2 1 1	100 50 50

Quadro 2 - Entrevistas com as professoras coordenadoras - Categoria 2: As vantagens e as deficiências do Projeto para a formação do professor.

Fonte: Pesquisa de campo.

As principais vantagens para o estagiário, relatadas pelas professoras, foram relacionadas à experiência da prática docente. Elas reforçaram a importância desse contato inicial dos futuros professores com a realidade da sala de aula: “[...] A vantagem é essa: o aluno vai ser questionado como professor, ele é o ‘dono’ do espaço físico, ele vai ter de se organizar para dar o conteúdo daquela disciplina, para manter o equilíbrio entre o professor e as várias opiniões [...]”.

As deficiências apresentadas pelas professoras coordenadoras dizem respeito ao fato de o PPV não contemplar como deveria os aspectos socioculturais dos alunos beneficiados, pois o número de instituições de educação superior no Distrito Federal aumentou muito: “[...] Eu fiquei sabendo que nós temos cento e três instituições de

ensino privado, nos mais diversos cursos [...]”. Então, o exame de seleção para o acesso à educação superior por meio do tradicional “vestibular” já não é mais acirrado como era antes: “[...] Com exceção da Católica e da UnB, não existe mais vestibular, hoje os vestibulares são agendados, o cara vai lá e entra na universidade” .

A falta de um processo de avaliação, com os alunos beneficiados, durante o tempo de aulas, também foi apresentado como uma deficiência, “pois a gente precisa saber se as estratégias de ensino estão adequadas e se pode ou não avançar em um conteúdo.” A professora entende que através de um processo de avaliação é possível obter uma resposta de como estão indo os alunos do PPV. Por fim, a falta de recursos didático-pedagógicos para os alunos estagiários ministrarem as suas disciplinas também foi lembrada como deficiência pelas professoras entrevistadas.

Quando indagadas sobre o desempenho dos alunos estagiários nos cursos em que estão matriculados, as professoras externaram que eles são melhores alunos: “[...] Eu acho que são melhores alunos, eles se saem melhor sim, porque eles têm uma coisa que os outros não têm, eles sabem que aquilo ali vai se tornar concreto. Eles têm se saído bem desse desafio”. Em função do compromisso assumido, eles estudam mais, têm que ampliar o seu conhecimento na área e isso proporciona uma melhoria no seu desempenho.

Outro benefício apresentado é o desenvolvimento de uma visão crítica com relação à educação: “Eles vêem a educação de outra maneira [...] Eles têm essa visão crítica do sistema educacional, do papel deles dentro da educação”. E finaliza: “Não sei se, no nível teórico, eles são melhores que os outros, mas, com certeza, quando saírem daqui para darem aulas eles se sairão melhor que os outros, eles serão melhores professores”.

Percebe-se, claramente, pelas entrevistas realizadas, que os alunos estagiários são selecionados pelas professoras coordenadoras e neste processo são escolhidos aqueles que apresentam de antemão um diferencial qualitativo: “Só escolho os melhores, eu não escolho qualquer aluno”.

A perspectiva dos estagiários

Os alunos estagiários, professores do PPV, expuseram que a experiência vivida foi “[...] inigualável [...] pelo fato da gente estar dentro de uma sala de aula sabendo a realidade, como é que ela é realmente. É uma forma de nos preparar para o mercado real”. Tal preocupação acerca de uma nova realidade a ser encontrada pelo professor

quando ingressa no mercado de trabalho, ou no mercado real, como foi verbalizado pelo aluno, encontra eco na literatura pertinente. Gomes e Pereira (2007) em pesquisa realizada com alunos das licenciaturas da UCB confirmam o que se denominou de choque de realidade. Para os autores, esse choque representa um hiato entre a formação teórica e a prática vivida na sala de aula, a falta de articulação entre teorias e práticas faz com que alunos dos cursos de licenciatura os considerem muito teóricos, repetitivos e maçantes. O entrelaçamento maior entre teorias e práticas amortece o citado choque. Assim, a participação no PPV, dos pontos de vista ético e técnico, contribuiu para a melhor formação do professor.

Os professores-estagiários demonstraram ampla satisfação com a oportunidade, sentiam-se mais preparados para o mercado de trabalho e com condições para trabalharem com alunos de níveis educacionais e sociais diferentes, pois ali encontram várias dificuldades com as quais têm que lidar tendo em vista que possivelmente farão parte da sua realidade profissional.

Outro fator relevante apontado por eles refere-se à bolsa recebida pelos serviços prestados, pois ainda que, para alguns, seja de baixo valor, para outros representa um auxílio importante no pagamento de suas mensalidades.

A perspectiva dos alunos do PPV

Nas entrevistas realizadas com os alunos beneficiários constatou-se que 60% deles tinham mais de 35 anos de idade à época da realização das entrevistas e apenas uma entrevistada, 10%, tinha menos de 20 anos de idade. Quanto ao tipo de escola que frequentaram durante o ensino médio, 90% dos alunos eram oriundos de escola pública e apenas 10%, frequentaram a escola particular. No que concerne ao tempo de conclusão do ensino médio, 50% dos alunos afirmaram ter concluído entre um e cinco anos, 10% entre cinco e nove anos, 30% o concluíram entre dez e 20 anos e 10% disseram que o haviam terminado há mais de 20 anos.

Todos os alunos beneficiados, ao serem indagados sobre os motivos que os levaram à escolha do curso superior em que estão matriculados, responderam que era o que desejavam fazer. Quarenta por cento cursavam Direito; 10%, Sistema de Informação; 10%, Ciências Biológicas; 10% Fisioterapia; 10%, Pedagogia; 10%, Serviço Social, e 10%,

Educação Física. Todos estes cursos, com exceção de Fisioterapia e Pedagogia, se situavam acima da média nacional de candidatos por vaga.

Ao serem questionados se teriam conseguido ingressar na Universidade, mesmo sem terem passado pelo PPV, 60% dos entrevistados responderam que não conseguiriam. Os motivos explicitados são os mais diversos, e, especial o decurso de tempo desde a conclusão do ensino médio.

Na visão dos entrevistados, os professores do PPV atenderam às suas expectativas, demonstrando comprometimento e empenho nas suas responsabilidades. Um dos entrevistados externou a sua admiração pela dedicação deles, ao afirmar: “Os professores são tranquilos e o empenho deles é grande. A gente vê quando eles chegam lá com o material que eles já têm preparado antes, a paciência deles de [...] lidar com gente de varias idades [...], de ter paciência e saber explicar tudo direitinho” .

Pontos negativos foram indicados pela metade dos alunos. Dentre eles, 30%, criticaram o tempo de duração das aulas, afirmando ser insuficiente para que “absorvessem” todo o conteúdo ministrado. Para outros 20% o problema percebido foi a falta de divulgação do Projeto.

A perspectiva do grupo de controle

Para cada aluno beneficiado foi selecionado um homólogo, aluno que tinha cursado o ensino médio junto com o beneficiado e que resolveu não mais continuar os estudos. Nesta comparação, busca-se verificar os possíveis benefícios obtidos pela educação para a carreira ocupacional: empregabilidade e perspectivas salariais.

Para a simulação foram utilizados os dados da pesquisa “O retorno da universidade”, (NÉRI, 2005), levando-se em consideração o nível de escolaridade, a faixa de idade, etnia e grau urbano. Os homólogos entrevistados de forma geral não ascenderam na escala social e, com poucas exceções, 20% efetuaram algum tipo de atividade educativa após o ensino médio, pois apenas dois entrevistados fizeram cursos técnicos. Quanto aos motivos alegados para não continuarem estudando, 50% afirmaram não possuir condições financeiras para suportar as mensalidades, 30% tinham atribuições domésticas e familiares que eram mais importantes que a própria carreira.

Tabela 3 – Ocupação, renda média e probabilidade de ocupação dos homólogos.

Homólogo	Ocupação atual	Renda Média Nacional Ensino Médio Concluído R\$	Probabilidade de estar empregado Ensino Médio Concluído
1	Auxiliar administrativo	480,73	83,76%
2	Desempregada	294,47	83,76
3	Doméstica	528,13	62,35
4	Desempregada	528,13	62,35
5	Auxiliar administrativo	528,13	62,35
6	Comerciária	294,47	52,79
7	Entregador	480,73	83,76
8	Pedreiro	504,41	88,35
9	Micro-empresária	504,41	65,8
10	Secretária	416,30	64,15

Fonte: Pesquisa de campo.

A perspectiva do grupo beneficiado

Se os homólogos não ingressaram no curso superior e se mantiveram com as possibilidades proporcionadas pelo ensino médio completo, o mesmo não aconteceu aos beneficiados. Ao analisar-se a trajetória ocupacional destes percebeu-se que, no primeiro momento, logo após a entrada na Universidade, os alunos não tiveram ganhos significativos na carreira ocupacional, com exceção daqueles que tiveram uma pequena modificação nas suas ocupações, passando do estrato médio-inferior para o estrato imediatamente seguinte, o médio-médio. Para tanto, compararam-se as ocupações dos beneficiados antes e depois do ingresso na UCB, com 80% dos beneficiados permanecendo no mesmo nível ocupacional, enquanto para 20% houve mobilidade ocupacional ascendente.

A grande diferença emerge quando comparadas as ocupações atuais com as ocupações que terão quando concluírem seus cursos (mobilidade intrageracional

prospectiva). Fica evidente a ascensão social para todos os alunos, saindo de estratos intermediários e alcançando o nível mais alto da escala ocupacional (Tabela 4).

Tabela 4 - Mobilidade intrageracional prospectiva.

Aluno	Ocupação após o Pré-vestibular	Curso em que está matriculado	Mobilidade intrageracional Prospectiva
1	Aprendiz na área de sistema de computadores	Sistema de Informação	↑
2	Estudante	Ciências Biológicas	↑
3	Professora por contrato temporário	Pedagogia	↑
4	Auxiliar de portaria	Direito	↑
5	Apoio Administrativo	Direito	↑
6	Estudante	Tecnologia em redes de computadores	↑
7	Caixa	Direito	↑
8	Autônomo	Direito	↑
9	Auxiliar de cabeleireiro	Serviço social	↑
10	Secretária	Educação Física	↑

Fonte: Pesquisa de campo.

Legenda: Mobilidade vertical ascendente:

Ao se compararem as possibilidades ocupacionais dos alunos beneficiados pelo PPV com as ocupações dos seus homólogos, ficam ainda mais evidentes os benefícios obtidos pelo ingresso na educação superior e a conclusão de um curso universitário, com mobilidade vertical ascendente em todos os casos.

Quando comparada a ocupação prospectiva dos beneficiados com a ocupação paterna, constata-se a perspectiva de mobilidade intergeracional vertical ascendente em todos os casos. Também com base na pesquisa dirigida por Néri (2005), elaborou-se uma tabela comparativa de rendas médias dos alunos beneficiados, confrontando-se a renda média de um trabalhador cujo curso superior estava em andamento com a sua renda média após a conclusão do curso em que estava matriculado. Outra variável utilizada na comparação foi a probabilidade de estar ocupado. Assim, evidencia-se o ganho substancial decorrente da conclusão do curso superior, podendo chegar a mais de 100% para 40% dos alunos beneficiados pelo PPV, bem como do aumento da probabilidade de ocupação para 100% dos sujeitos da amostra, com média geral de aumento em torno de 15,63%.

Tabela 5 - Comparação entre as rendas médias dos alunos e a probabilidade de estarem ocupados durante e após a conclusão do curso superior.

Aluno	Sexo	Curso	Rendas médias-curso em andamento (R\$) *	Rendas médias - curso concluído (R\$) *	Probabilidade de estar ocupado – curso em andamento	Probabilidade de estar ocupado – curso concluído
1	M	Sistema de Informação	645,20	1.022,02	81,52%	89,61%
2	F	Ciências Biológicas	395,21	554,25	48,88%	71,42%
3	F	Pedagogia	708,80	829,66	58,62%	79,00%
4	F	Direito	708,80	1.651,84	58,62%	72,16%
5	F	Direito	708,80	1.651,84	58,62%	72,16%
6	F	Tecnologia em redes de computadores	395,21	676,09	48,88	53,64%
7	M	Direito	676,97	2.125,66	62,20%	92,82%
8	M	Direito	1.012,99	2.360,73	88,39%	93,30%
9	F	Serviço Social	620,50	1.018,00	62,27%	77,76%
10	F	Educação Física	395,21	499,77	48,88%	71,31%

Fonte: Pesquisa de campo, estimativas com base em Néri ([2005?]).

Inflator utilizado: IGP-DI (05/2007).

Quando comparadas as perspectivas de renda entre o grupo beneficiado e o grupo de controle, percebe-se que o fato de ingressar na universidade possibilita aos alunos do grupo beneficiado uma renda média de 20% a 100% maior, com uma exceção (a aluna 10), que diminuiria na comparação em 5,07%. Tal diminuição ocorreu em razão da idade da beneficiada, pois ambas, beneficiada e homóloga, exerciam a mesma função, diferindo apenas em suas idades.

Conclusões

O PPV tem como objetivo incluir pelo menos 20% dos seus alunos na educação superior. No período avaliado concluíram o curso 233 alunos, dos quais 64 foram aprovados nos processos seletivos de acesso à educação superior da UCB. Não foi possível identificar quantos alunos do Projeto foram aprovados em outras instituições do Distrito Federal e Entorno, pois não há acompanhamento destes alunos quando saem do Projeto. A gestão do Projeto justificou-se, afirmando ser muito difícil contabilizar o número exato de alunos aprovados nos processos seletivos, antigo “vestibular”, pois, como já foi referido anteriormente, o Distrito Federal possui mais de uma centena de instituições de educação superior e poucos ex-alunos voltam para dar esse retorno, o que dificulta o conhecimento sobre a aprovação dos mesmos.

Na avaliação dos entrevistados o Projeto cumpre em grande parte o seu objetivo. Tendo pedido a cada grupo que atribuisse uma nota de 1 a 5 em relação ao atingimento de cada objetivo do projeto, as médias aritméticas simples foram de 4,5 para as professoras coordenadoras, 3,9 para os estagiários e 4,0 para os alunos beneficiados.

Embora a democratização da educação superior se tenha realizado pelo maior acesso aos cursos de menor prestígio social, os dados da pesquisa sugerem, neste caso em particular, a direção contrária ao exposto pela literatura, pois dos dez alunos selecionados e entrevistados, apenas duas alunas optaram por ingressar em cursos de licenciatura. Este fenômeno pode ser reflexo do estímulo recebido pelos beneficiados durante a sua participação no Projeto, o que de certa forma confirmaria as declarações sobre o resgate da autoestima desses alunos.

O segundo objetivo do projeto foi o oferecimento de um diferencial qualitativo na formação dos licenciandos, a partir do exercício da prática pedagógica. Este objetivo foi avaliado levando-se em consideração o exposto nas entrevistas pelos principais

beneficiados: as professoras coordenadoras e os estagiários. Para estes o PPV era mais importante que o estágio supervisionado, pois propiciava um encontro mais duradouro e profundo com a realidade da sala de aula, facilitando a sua inserção no mercado de trabalho, bem como o seu trabalho com alunos de estratos sociais diferenciados. Com isso, havia perspectiva de reduzir o “choque” de realidade dos licenciandos. Assim, a média aritmética das notas atribuídas pelas professoras quanto ao cumprimento deste objetivo foi 5,0 e a dos alunos estagiários, 4,8.

O terceiro grande objetivo do projeto foi o resgate da autoestima e dignidade dos alunos inscritos no PPV, que foi igualmente bem avaliado pelos participantes. A média mais alta, 5,0, foi conferida pelas professoras coordenadoras, seguida por 4,6, atribuída pelos alunos estagiários, e por 4,5, pelos alunos beneficiados.

Quanto à relação custos/benefícios, na impossibilidade de relacionar os custos do Projeto com todos os benefícios por ele gerados, optou-se por realizar um cotejo dos seus custos com as perspectivas de renda e empregabilidade dos beneficiados. As limitações principais para a realização do feito são: a existência de outros beneficiados não conhecidos, por motivos já mencionados, e a reduzida proporção de informantes na amostra. A tabela 6 evidencia os benefícios proporcionados pelo Projeto aos seus beneficiados no que diz respeito à ocupação e renda.

Tabela 6 - Cotejo entre o custo/aluno do PPV e as perspectivas de renda e empregabilidade dos beneficiados.

Custo/aluno/semestre do Projeto Pré-vestibular (R\$)	Aumento médio da renda dos beneficiados (R\$)	Aumento percentual médio da renda dos beneficiados (%)	Aumento percentual médio da empregabilidade dos beneficiados (%)
277,11	611,31	89,04	26,25

Fonte: Pesquisa de campo, estimativas com base em Néri ([2005?]).

Inflator utilizado: IGP-DI (05/2007)

É reconhecido que, nos países em desenvolvimento, a distribuição da despesa pública na escolarização da população tende a distanciar-se da curva de Lorenz, isto é, têm baixo grau de equidade: os rios correm para o mar (a maior parte da despesa pública tende a se concentrar no alunado de maior renda) (MINGAT; TAN, 1985). Assim, o PPV buscou os candidatos de baixo status socioeconômico e os ajudou a desenvolver qualidades do mérito intelectual. Portanto, ele tem o papel de elevar a equidade.

Ademais, embora esses dados só focalizem os benefícios privados, é importante lembrar que a educação superior também oferece retornos coletivos significativos. Um exemplo é que 20% dos estagiários então atuantes haviam sido alunos do PPV e, após ingressarem na UCB, retornaram ao Projeto para trabalharem por suas comunidades. A volta do aluno que superou as suas dificuldades é um exemplo vivo para novos beneficiados.

Outro conceito que subsidiou a análise foi o de mobilidade social. Com base na escala de estratificação ocupacional desenvolvida por Silva em 1974, adotada por Pastore (1979) e adequada por Pastore e Silva (2000), fica evidente que, para todos os alunos beneficiados, houve ganhos substanciais no que se refere à ascensão social futura, com a possibilidade de ascenderem a posições superiores às dos seus pais, confirmando a literatura, que constata os efeitos positivos da educação sobre trajetória da carreira ocupacional (PASTORE; SILVA, 2000).

Por fim, deve ser focalizado o papel da extensão universitária. Para Degasperri (1998), a universidade não se torna extensionista apenas por realizar atividades de extensão, mas sim pela sua natureza. O autor entende que a extensão é mecanismo aglutinador de ações que estendem seus resultados para a população externa à universidade, proporcionando aprendizagem. Neste contexto, o PPV, no período observado, demonstrou forte compromisso com a noção de comunicação preceituada por Freire (1982), buscando a emancipação das comunidades onde atuava, por meio da inserção de parte dela, nos cursos da própria Universidade.

Referências

BORGES, J. L. G.; CARNIELLI, B. L. Educação e estratificação social no acesso à universidade pública. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 113-139, jan./abr. 2005.

DEGASPERI, J. R. Extensão universitária: seu perfil atual e os fatores de seu desempenho. 1998. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 1998.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação?. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GOMES, C. A. G. Curso superior e mobilidade social: vale a pena?. *Educação Brasileira*, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 63-84, 1988.

_____. A educação em novas perspectivas sociológicas. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: EPU, 2005.

GOMES, C. A. G.; CARNIELLI, B. L. Expansão do ensino médio: temores sobre a educação de jovens e adultos. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 119, p. 47-70, 2003.

GOMES, C. A. G.; MORGADO, P. C. C. R. Financiamento do ensino médio: transparência ou opacidade? Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 55, p. 223-240, abr./jun. 2007.

GOMES, C. A. G.; PEREIRA, M. M. A formação do professor em face das violências das e nas escolas. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 5., 2007, Niterói. Niterói: ANPAE; Porto Alegre: UFRGS, 2007. v. 1.

MARQUES, A. E. S. O custo-aluno: tornando fácil um tema difícil. Universa, Brasília, DF, v. 2, n. 5, p. 351-372, out.1995.

MINGAT, A.; TAN, J. P. On equity in education again: an international comparison. Journal of Human Resources, Madison, Wisconsin, p. 298-308, Printemps 1985.

NÉRI, M. (Coord.). O retorno da educação no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: FGV, [2005?]. Disponível em:
<http://www4.fgv.br/cps/simulador/quali2/Apresentação/Retorno_sumario.htm>.
Acesso em: 14 jan. 2006.

PASTORE, J. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1979.

PASTORE, J.; SILVA, N. V. Mobilidade social no Brasil. São Paulo: Makron Books, 2000.

Recebido em: 09/02/2011

Aceito para publicação em: 02/03/2011